

Assunto: **Recurso Instituto Ação**
De: Instituto Ação <acaobainstituto@gmail.com>
Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data: 11/07/2022 09:36



-
- RECURSO SAQUAREMA CP 009.pdf (~353 KB)

Bom dia!
Segue Recurso do Instituto Ação.
Favor acusar o recebimento.
Atenciosamente

--
Instituto Ação



ILMº. SRª PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA-RJ

REF.; CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2022

C/C MINISTÉRIO PÚBLICO E PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

O **INSTITUTO AÇÃO**, CNPJ, nº 14.139.326/0001-09, com sede no Conjunto Urbis I, Caminho 03 casa 02, Jardim Petrolar, Alagoinhas-Ba, neste ato representado pela Srª **JULLIANNE SILVA ALMEIDA DE CASTRO**, brasileira, advogada, solteira, residente a Rua C Casa 32, Inocoop I, Alagoinhas Velha, Alagoinhas-Ba portadora da RG nº 12.125.349-05 e CPF nº 013.957.745-95, apresentar:

RECURSO COM PEDIDO DE ANULAÇÃO

Diante das razões de fato e de direito adiante explicitadas.

DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

Preliminarmente, é de se assinalar que o presente RECURSO é tempestivo, tendo em vista que a data do **CHAMAMENTO PÚBLICO 009/2022 e abertura dos envelopes foram 04/07/2022** (segunda-feira), e hoje é dia 11/07/2022 (segunda-feira), portanto, 05 (cinco) dias úteis após da data de abertura dos envelopes de HABILITAÇÃO.,

Sendo **ABERTOS E NÃO VERIFICADOS** pelos licitantes os envelopes de HABILITAÇÃO, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 5 (cinco) dias uteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

DO RECURSO

I – OS FATOS

Após **ABERTOS E NÃO VERIFICADOS** por todos os licitantes, o nosso representante presente portando credencias para a abertura dos ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, como previsto em ATA de abertura da LICITAÇÃO datada de 26/04/2022 constatou diversas irregularidades “ conforme descrevo no referido PEDIDO DE ANULAÇÃO.

1º Ao chegar para a referida ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, nosso representante foi surpreendido com os mesmos já abertos pela comissão sem a presença dos LICITANTES;

2º A ATA da referida ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO JÁ ENCONTRAVA-SE PRONTA E COM RESULTADO, sem sequer resguardar o direito dos LICITANTES COLOCAR NA ATA AS SUAS CONSIDERAÇÕES;

3º A ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, não contém nenhuma assinatura dos LICITANTES presente á mesma, o que comprova mais uma e grave irregularidade, ou não haveria a necessidade na convocação da ABERTURA DO ENVELOPES.

Conjunto Urbis I, Caminho 03, Casa 02, Jardim Petrolar, Alagoinhas – Bahia.

E-mail acaobainstituto@gmail.com / Site: acaobahiaorganizacao.com.br

Tel: (75) 99703-3227/ CNPJ: 14.139.326/0001-09



II – DO DIREITO

II.1 – PRELIMINAR

A COMISSÃO nosso entendimento extrapolou e abusou do direito ao qual está vinculada que é o **EDITAL**. Portanto, consideramos que os fatos são **GRAVES E DE GRANDE RELEVÂNCIA** fazendo com que o certame seja prejudicado tirando o caráter competitivo do mesmo.

“Trata-se de assegurar a necessidade de interpretar as exigências da lei e do ato convocatório como instrumentais em relação à satisfação do interesse público. Mesmo vícios formais – de existência irrefutável – podem ser superados quando não importam prejuízo ao interesse público ou ao dos demais licitantes. Não se configura lesão ao interesse de outro licitante restrito apenas à questão de ser derrotado. É imprescindível evidenciar que os defeitos ou vícios que traduzem frustração ao espírito competitivo, à lisura da disputa ou à razão que conduziu a adoção de certa exigência. Esse tratamento deve ser reservado a todos os licitantes, em igualdade de condições”

Senão vejamos o Art. 3º da Lei 8.666/93.

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sobre este tema, ensina Maria Sílvia Zanella Di Pietro:

“O objetivo primeiro da licitação é selecionar a melhor proposta. Tirar da Administração essa possibilidade é revestir o procedimento de um rigor desnecessário (...).”

O posicionamento do **Superior Tribunal de Justiça** quanto à divergência do afastamento de licitante por detalhes formais é claro, unânime e notório:

“O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial”. (STJ. MS nº 5631/DF. DJU 17 ago. 1998. p. 00007).

Veja a posição do TCU a respeito do formalismo exagerado, na Decisão nº 695/1999 - TCU – Plenário, in verbis:

“13. O formalismo exagerado da Comissão de Licitação configura uma violação a princípio básico das licitações, que se destinam a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Atos dessa natureza ensejam, inclusive, a aplicação de multa aos responsáveis pelo ato, conforme dispõe o art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92.”

Conjunto Urbis I, Caminho 03, Casa 02, Jardim Petrolar, Alagoinhas – Bahia.

E-mail acaobainstituto@gmail.com / Site: acaobahiaorganizacao.com.br

Tel: (75) 99703-3227/ CNPJ: 14.139.326/0001-09



"19. O apego a formalismos exagerados e injustificados é uma manifestação perniciosa da burocracia que, além de não resolver apropriadamente problemas cotidianos, ainda causa dano ao Erário, sob o manto da legalidade estrita. Esquece-se o interesse público e passa-se a conferir os pontos e vírgulas como se isso fosse o mais importante a fazer."

Acórdão 366/2007 - Rel. Min. Augusto Nardes, D.O.U. 16/03/2007:

De fato, foram identificados erros graves e com conseqüências graves para o objetivo do certame e para a Administração. Nesse sentir, entendo que além de ferir os princípios da competitividade, proporcionalidade e razoabilidade. De modo contrário, estaria a Comissão de Licitação alijando de participar do certame empresa que poderia ofertar a proposta mais vantajosa.

Acerca do assunto, observe o que leciona o jurista Marçal Justen Filho:

"Tratou-se de assegurar a necessidade de interpretar as exigências da lei e do ato convocatório como instrumentais em relação à satisfação do interesse público. Mesmo vícios formais – de existência irrefutável – podem ser superados quando não importam prejuízo ao interesse público ou ao dos demais licitantes. Não se configura lesão ao interesse de outro licitante restrito apenas à questão de ser derrotado. É imprescindível evidenciar que os defeitos ou vícios da proposta ou documentação traduzem frustração ao espírito competitivo, à lisura da disputa ou à razão que conduziu a adoção de certa exigência. Esse tratamento deve ser reservado a todos os licitantes, em igualdade de condições" (cf. in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10ª ed., Dialética, São Paulo, 2004, p. 67).

É sabido que o descumprimento de qualquer cláusula editalícia fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório atingindo os artigos 3º e 41º da Lei 8666/93 como já mencionamos. **Todavia, tal princípio não é absoluto.** Veja jurisprudência do STJ:

"DIREITO PÚBLICO – MANDADO DE SEGURANÇA – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – VINCULAÇÃO AO EDITAL – INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO.

(...)

"Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao Edital é absoluto, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração"



II.2 – DO MÉRITO

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, pode e deve anular o CHAMAMENTO PÚBLICO por ERROS GRAVES CLARAMENTE cometidos e identificados no certame, uma vez que prejudicaria o interesse público envolvido na contratação. É LAMENTÁVEL.

Ora, os ERROS COMETIDOS por essa COMISSÃO DE LICITAÇÃO foge à finalidade da licitação que, conforme se depreende da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

DO SEU DIREITO DE PEDIR ANULAÇÃO DO CERTAME

Solicita O INSTITUTO AÇÃO que tal recurso seja julgado PROCEDENTE, que seja atendido o pedido constante em recurso. Que anule esse processo Licitatório afim de que se tenha lisura no mesmo , minimizando assim os danos já causados e evitando um prejuízo maior para PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA-RJ.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, espera O INSTITUTO AÇÃO. o que faz com base nas razões expendidas, na forma da lei. Requer o acolhimento e o provimento do presente RECURSO DE ANULAÇÃO DO CERTAME a fim de que se corrijam os vícios detectados e não seja necessário encaminhamento de Representação ao Ministério Público E Procuradoria desse Município . Ao tempo em que solicita cópia da documentação do certame.

Termos nos quais,

Pede deferimento.

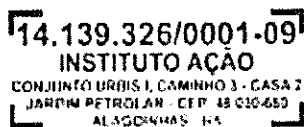
Alagoinhas-BA, 11 de julho de 2022.

JULLIANNE SILVA ALMEIDA
DE CASTRO:01395774595

Assinado de forma digital por
JULLIANNE SILVA ALMEIDA DE
CASTRO:01395774595
Dados: 2022.07.11 08:27:50 -03'00'

JULLIANNE SILVA ALMEIDA DE CASTRO

CPF Nº 013.957.745-95



Conjunto Urbis I, Caminho 03, Casa 02, Jardim Petrolar, Alagoinhas – Bahia.

E-mail acaobainstituto@gmail.com / Site: acaobahiaorganizacao.com.br

Tel: (75) 99703-3227/ CNPJ: 14.139.326/0001-09



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE RECURSO Nº: 12.678/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2022

PROCESSO DE ORIGEM: 20.142/2021

RECORRENTE: INSTITUTO AÇÃO (CNPJ 14.139.326/0001-09)

Trata-se do certame Chamamento Público nº 009/2022, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE OU FUNDAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS (ESCRITA, PRÁTICA E DE TÍTULOS), OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E NÍVEL SUPERIOR, COM O FORNECIMENTO COMPLETO DE RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS, A EXECUÇÃO DE TODAS AS ATIVIDADES ENVOLVIDAS E CORRELATAS, EM ESPECIAL COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO, APLICAÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO TODA E QUALQUER LOGÍSTICA NECESSÁRIA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração, Receita e Tributação, conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº 20.142/2021.

A sessão pública de abertura do Certame ocorreu no dia 29 de junho de 2022, com início às 10:00 horas, conforme especificações previstas no ato convocatório, com sua continuidade e resultado de habilitação em 04 de julho de 2022 com a distribuição de cópias reprográficas da análise de julgamento que inabilitou a instituição **INSTITUTO AÇÃO**, ora recorrente, abrindo prazo legal de apresentação de peça recursal.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Ainda na sessão pública do dia 04/07/2022 todas as licitantes presentes foram informadas dos prazos estabelecidos de 05 (cinco) dias úteis e procedimentos para apresentação das razões do recurso. O **INSTITUTO AÇÃO**, ora recorrente, enviou solicitação de recurso via endereço eletrônico, tempestivamente, porém em desacordo com os critérios estabelecidos no instrumento convocatório, que prevê a apresentação de recursos via protocolo em seu item 13.6.



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

II. DA ANÁLISE DE MÉRITO DO RECURSO

Antes de darmos prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 3º da Lei 8.666/93, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão de INABILITAÇÃO da instituição recorrente **INSTITUTO AÇÃO**.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO DE ANÁLISE

1. Da ausência de representatividade em peça recursal:

De acordo com o Art. 75º, inciso VIII do novo CPC, *in verbis*:

“Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

[...]

VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;”

Verifica-se que não foi juntado ao memorial da recorrente nenhum documento que prove legalmente sua representatividade, considerando que ausente documento em que a pessoa que assinou a petição faça prova de habilitação legal para manifestação perante a instituição **INSTITUTO AÇÃO**, conforme Art. 75º, inciso VIII do novo CPC, razão que não merece prover nem conhecimento do recurso interposto, haja visto, ainda, que o recurso foi assinado pela senhora Jullianne Silva Almeida de Castro não juntando à petição comprovação, nem documento de identificação do outorgado, impossibilitando o reconhecimento legal e autêntico.

Certos atos e peças jurídicas exigem sua formalidade para garantia de seu reconhecimento e sobretudo, a segurança jurídica para a formalização dos negócios. Sendo o formalismo contratual, o feito para garantia de seus princípios, entre eles, o princípio da segurança jurídica, onde faz-se



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

necessário a verificação de que a assinatura ali contida seja fidedigna, sendo necessário para tanto, no caso em tela, confirmação de sua autenticidade.

2. Do cumprimento do princípio da legalidade:

Ainda, de forma a garantir a legalidade dos atos, por deliberalidade analiso a solicitação da recorrente, que alega e requer:

- a) *"1º Ao chegar para a referida ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, nosso representante foi surpreendido com os mesmos já abertos pela comissão sem a presença dos LICITANTES";*
- b) *"2º A ATA da referida ABERTURA DE ENVELOPES DE HABILITAÇÃO JÁ ENCONTRAVA-SE PRONTA E COM RESULTADO, sem sequer resguardar o direito dos LICITANTES COLOCAR NA ATA AS SUAS CONSIDERAÇÕES;"*
- c) *"3º A ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO, não contém nenhuma assinatura dos LICITANTES presente á mesma, o que comprova mais uma e grave irregularidade, ou não haveria a necessidade na convocação da ABERTURA DO ENVELOPES."*

Em referência às alegações da recorrente:

O certame prosseguiu como estabelecido no instrumento convocatório, sendo lavrada ata de credenciamento e abertura dos envelopes datada do dia 29/06/2022, data esta da abertura do certame, que foi assinada pelos licitantes presentes e credenciados que formaram uma comissão de fiscalização, composta por 03(três) licitantes credenciados que rubricaram nas extremidades de todos os documentos de credenciamento, habilitação e extremidades dos envelopes de proposta de preços, que ainda se encontram lacrados e sob cautela da comissão de seleção do concurso até a presente data.

Ressalto que, a recorrente não apresentou documentação de credenciamento em conformidade ao estabelecido no edital na data de abertura e recebimento de envelopes, ficando impedida de se manifestar e apresentar memorial recursal nos termos do item 10.4 do instrumento convocatório.

O certame teve seu prosseguimento no dia 04/07/2022, onde foi divulgado o resultado de habilitação de todas as licitantes. As alegações de que os envelopes



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

encontravam-se abertos não procedem, visto que foram abertos em sessão pública na data de seu recebimento, frente a todos os licitantes presentes, credenciados e não credenciados, numerados em suas extremidades e rubricados pela comissão de licitantes eleita durante a sessão para fiscalização do certame.

Mediante ao exposto, não restam incertezas ou ambiguidades, que o instrumento convocatório foi elaborado seguindo o princípio da legalidade e o julgamento que inabilitou a licitante **INSTITUTO AÇÃO** se realizou de forma objetiva, seguindo os critérios do edital.

Por fim, verifica-se que não houve questionamentos ou pedido de impugnação do presente edital impetrados pela ora recorrente, nem por outra licitante que citasse o referido item do edital que veio a manter a recorrente descredenciada e impedida de se manifestar perante aos autos. Pelo exposto, o edital passa a ser soberano e julgado de acordo com suas cláusulas garantindo o cumprimento dos princípios da isonomia e de julgamento objetivo dos autos.

Enfatizando, que conforme prevê a redação do Art. 41º da Lei 8.666/93 *in verbis*:

“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

E ainda, conforme estabelecido na Lei 8.666/93, em seu artigo 43º § 3º, fica vedada a inclusão de qualquer documento aos autos que possa ferir os princípios de tratamento isonômico e competitividade entre os licitantes:

“§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.”(grifei)

IV. DA CONCLUSÃO DA ANÁLISE

Por todo o exposto e prestados os esclarecimentos solicitados, opino pelo **DESPROVIMENTO e DESCONHECIMENTO** do recurso apresentado, destacando pela ausência de representatividade para validade de sua natureza formal, não atendimento aos critérios do item 13.6, visto que o memorial da recorrente não foi protocolado pela requerente e reitero que não foram encontrados elementos que confirmem a autenticidade da petição apresentada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Saquarema
Comissão Especial de Seleção



**PREFEITURA
SAQUAREMA**
TRABALHO E RESPEITO

Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

V. DA DECISÃO E JULGAMENTO

Encaminho esta análise, para julgamento pela Comissão Especial de Seleção, sobretudo às vistas do Sr. Presidente, por não restar dúvidas da conformidade e regularidade da sessão pública realizada, observadas todas as formalidades dos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, sugerindo pela **IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO** apresentado pela recorrente por todas as razões supracitadas em conformidade ao ordenamento jurídico apresentado.

Ainda, em atenção ao art. 109º, §4º da Lei 8.666/93, sugiro que, após decisão, faça subir à decisão superior da Autoridade Competente.

Saquarema, 12 de julho de 2022.


GUILHERME CASTRO
Matrícula 8109-1
Membro
portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022
Guilherme e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109



Processo nº _____
RUBRICA _____ FLS. _____

DECISÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO

- 1- Subscrevemos à análise de recurso, declaramos anuência e decidimos pelo **DESCONHECIMENTO** e **DESPROVIMENTO** do memorial recursal, considerando ausência de seus elementos de representatividade e os fundamentos da análise do servidor membro da comissão;
- 2- Mantemos a decisão de **INABILITAR** a empresa **INSTITUTO AÇÃO**.
- 3- Encaminhamos os autos à Autoridade Competente para decisão final.

Saquarema, 12 de julho de 2022

SAMUEL ARANDA NETO

Presidente

portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022

MÁRCIO SANTARÉM NOGUEIRA

Membro

portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022

SÉRGIO MAGNO BRAVO MONTEIRO

Membro

portaria Nº 383 de 26 de abril de 2022